

# M O Ç Ã O

## CONTRA A ASFIXIA DOS TRABALHADORES DO SETOR PÚBLICO

Na última semana, milhares de trabalhadores e pensionistas do setor público sofreram um dos mais rudes golpes nos seus direitos ao verem-se privados do subsídio de férias habitualmente pago no mês de Junho.

Para a maioria dos atingidos por esta medida, o subsídio não se destinava a passar férias no estrangeiro, a realizar cruzeiros, a comprar jóias ou ações bem cotadas na bolsa, mas, servia para pagar os livros dos filhos, os créditos assumidos, os seguros, os impostos, ou as contas correntes da farmácia e da mercearia.

Esta medida unilateral do Governo, consta do Orçamento de Estado de 2012, e surge depois da maioria dos trabalhadores e pensionistas do setor público terem sido sujeitos a uma taxa adicional que incidiu sobre o subsídio de Natal de 2011 e de milhares de trabalhadores terem sofrido uma redução no vencimento com a aplicação da taxa prevista no Art 19º da Lei 55 A/2010.

Como se não bastasse, o Governo eliminou direitos adquiridos e aprovou um aumento brutal da carga fiscal que atingiu a maioria dos portugueses com a subida das taxas de IVA aplicadas em bens fundamentais para a sobrevivência (incluindo a energia). Em nome do combate ao défice aumentou o valor dos transportes públicos, introduziu portagens nas SCUT, e atualizou o valor das taxas moderadoras na saúde, na justiça e na maioria dos serviços públicos prestados aos cidadãos, entre outras medidas que asfixiam os trabalhadores e pensionistas.

A justificação de que é um mal necessário para respeitar os compromissos assumidos com a Troika e com a União Europeia não pode ser aceite com resignação pelos trabalhadores.

Porque terão de ser sempre os mesmos a sofrer na pele as consequências de políticas nefastas que conduziram as finanças públicas a esta situação?

Porque é que há uma discriminação dos trabalhadores do setor público que sempre foram obrigados a assumir as suas prestações perante o Estado enquanto no setor privado são públicos e assumidos os casos de evasão fiscal de cidadãos com sinais evidentes de riqueza?

Porque foram criadas uma série de exceções para a aplicação destas medidas em várias empresas do setor empresarial do Estado, quando algumas dessas instituições acumulam resultados negativos que muito contribuíram para o atual estado do País?

Em nome do interesse público do país, que todos aceitamos, é admissível que esmaguem direitos adquiridos pelos trabalhadores após lutas históricas que custaram a liberdade e a própria vida a centenas de pessoas?

Em nome deste interesse público, é aceitável que não se respeitem os elementares direitos de todos os trabalhadores e pensionistas terem uma vida digna com pão, acesso à saúde, à justiça e aos serviços públicos que estão garantidos na Constituição Portuguesa e na Declaração Universal dos Direitos do Homem?

Em nome do combate ao défice, podemos aceitar que milhares de crianças tenham de abandonar prematuramente a escola porque os pais não têm condições para custear as despesas inerentes?

Em nome da austeridade necessária, é aceitável que milhares de crianças tenham acesso a uma única refeição diária, servida na escola e passem o dia entregues à sua sorte porque os pais têm de trabalhar 12 horas por dia em situações de quase escravidão para garantirem uma mísera retribuição?

E mais uma vez, são as autarquias e as instituições locais, que mais próximas dos cidadãos, oferecem um ombro amigo que ampara os que mais precisam, substituindo a segurança social e outras instituições da administração central que dificultam cada vez mais o acesso a apoios sociais.

Não sabemos até quando as câmaras, juntas de freguesia, e instituições de solidariedade podem acudir a um número de carenciados que cresce exponencialmente. Tememos o pior dos cenários. Não é pessimismo. Todos sabemos que há fome no Município de Benavente e em todo o país.

E para os que dizem que não há alternativa, nós acreditamos que há alternativa porque a redução da despesa pública e o aumento da receita não pode ser feito apenas à custa dos mais fracos, continuando os poderosos a gozar impunemente das facilidades concedidas por estas políticas subservientes ao Capitalismo e aos grandes interesses da banca e de algumas empresas cotadas em bolsa.

Reunida em sessão ordinária a 27 de Junho de 2011, a Assembleia Municipal de Benavente manifesta solidariedade com os trabalhadores do Município e das freguesias e com todos os funcionários e pensionistas do setor público do Estado vítimas destas medidas. A assembleia repudia ainda a possibilidade de novas medidas de austeridade incidirem sobre os mesmos cidadãos que sempre pagaram pelos erros de políticos e gestores que conduziram o país a esta crise sem precedentes.

Esta moção depois de aprovada deve ser enviada ao STAL, CGTP, UGT, Grupos Parlamentares, Presidente da Assembleia da República, Ministro das Finanças, Primeiro-Ministro e Presidente da República. Deve ainda ser enviada aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais.

Benavente, 03 de julho de 2012

**Assembleia Municipal de Benavente**

Presente à III Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 27.06.2012.-----  
Apresentado pelos eleitos da CDU.-----  
Aprovada por maioria, com 3 (três) votos contra dos eleitos do PPD/PSD, na presença, em sessão, de 19  
(dezanove) autarcas.-----  
Benavente, 03 de junho de 2012.-----

O Presidente da Assembleia Municipal de Benavente

-Carlos Alberto Salvador Pernes-